

15 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Judiciário do Rio recebe 'auxílio-peru' de R\$ 2.000

Abono de Natal é pago a ativos e inativos do TJ, que não enfrentam atraso salarial

Com salários atrasados, RJ dá R\$ 2 mil de auxílio natalino a juízes

221,6 mil servidores e aposentados do Estado ainda não receberam vencimento de setembro

NICOLA PAMPLONA
DO RIO

Enquanto 221.604 servidores e aposentados do Rio ainda aguardam o pagamento do salário de setembro, o Tribunal de Justiça do Estado depositou nesta terça (14) R\$ 2.000 a juízes e servidores a título de abono de Natal.

O benefício, conhecido como "auxílio-peru", foi criado em 2007 e é pago a todos os servidores e inativos do Judiciário, que já são beneficiados em relação a outras categorias no cronograma de pagamentos de salários do Estado.

O Tribunal de Justiça não informou quanto gasta com o benefício, mas, considerando que o número de beneficiários chega a 15.316, o custo foi de R\$ 3,063 milhões. O órgão disse que os recursos são provenientes de arrecadação própria do tribunal.

"Diante da crise financeira pela qual passa o Estado, o presidente do Tribunal, desembargador Milton Fernandes, considera que seria um

desestímulo muito grande aos servidores suspender o abono justamente neste momento", defendeu a instituição.

Os servidores do Judiciário, assim como os do Legislativo e do Ministério Público, não enfrentam atrasos de salários, como a grande maioria dos funcionários públicos estaduais, que vêm sofrendo fortemente os efeitos da crise econômica do Estado.

Parte do custeio dos poderes é feita por meio de repasse do Tesouro estadual conhecido como duodécimo. O orçamento do Tribunal de Justiça do Rio para 2017 prevê receita de R\$ 3,506 bilhões, dos quais R\$ 2,056 bilhões são provenientes de transferências da arrecadação do Estado.

"A gente lamenta a situação que está acontecendo no Rio e temos brigado para que os servidores tenham o maior número de conquistas. Mas, com cenário de três anos sem reajustes, é um dinheiro que vem em boa hora", diz Ramon Carrera, diretor do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio.

O Rio ainda deve R\$ 650,3 milhões em salários de setembro. Os vencimentos de outubro devem ser pagos no próximo dia 16 apenas a servidores e inativos da Segurança e servidores da Educação — o pagamento do restante dependerá da arrecadação.

Esses grupos também têm sido privilegiados no cronograma de pagamentos. Ainda assim, parte dos servidores das duas áreas ainda não recebeu 13º e bonificações referentes ao ano de 2016.

No dia 1º, o governo Luiz Fernando Pezão obteve em leilão empréstimo de R\$ 2,9 bilhões para quitar os salários atrasados. O dinheiro será emprestado pelo banco BNP Paribas e terá garantia da União, que tomará do Rio ações da Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto) caso o financiamento não seja pago.

Os recursos devem entrar no caixa do governo até o fim do mês, mas o governo não garante o pagamento do 13º de 2017 ainda neste ano. "Estamos bastante pessimistas com relação à capacidade do governo de cumprir suas promessas", disse Gustavo Miranda, coordenador jurídico do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação.

15 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Ministro do STF rejeita delação e questiona PGR

Para Ricardo Lewandowski, acordo de Renato Pereira
é benéfico demais a ele

**Ministro também
acusou o Ministério
Público de invadir as
competências da Justiça
ao sugerir as penas**

LETÍCIA CASADO
DE BRASÍLIA

O ministro Ricardo Lewandowski, do STF (Supremo Tribunal Federal), devolveu a delação premiada do marqueteiro Renato Pereira, que trabalhou para o PMDB, para que a PGR (Procuradoria-Geral da República) faça ajustes nos benefícios concedidos ao colaborador.

Para o magistrado, os termos fechados pela procuradoria foram demasiadamente benéficos ao delator.

Na avaliação de Lewandowski, algumas cláusulas do acordo chegam a ser inconstitucionais.

Ele destaca que o Ministério Público não pode agir como o Poder Judiciário e que cabe apenas a um juiz estabelecer pena ao réu.

O ministro foi um dos críticos dos benefícios concedidos pelo colega Edson Fachin aos delatores da JBS, acordo alvo de polêmica. Durante julgamento sobre questões relativas à colaboração, em junho, Lewandowski defendeu que a legalidade dos acordos deveria ser analisada em um sentido "amplo".

A delação de Pereira foi fechada pelo ex-vice-procurador-geral José Bonifácio, que trabalhava junto com Rodrigo Janot, e que deixou a PGR em setembro deste ano.

Em sua delação, Pereira relatou oito casos que seriam de corrupção. A Procuradoria concedeu perdão em todos, "à exceção daqueles praticados por ocasião da campanha eleitoral para o governo do Rio no ano de 2014".

Como punição decorrente do esquema de caixa dois em 2014, a Procuradoria concordou que Pereira deveria pagar R\$ 1,5 milhão como multa em até 18 meses.

O valor foi considerado baixo por Lewandowski. Para ele, cabe apenas ao Judiciário "apreciar se o montante estimado é o suficiente para a indenização dos danos causados pela infração, considerados os prejuízos sofridos pelo ofendido [erário e povo brasileiro]".

PENAS

A gestão Janot propôs pena unificada de quatro anos de reclusão, sendo que o primeiro ano seria de recolhimento domiciliar noturno por um ano, das 20h às 6h. Nos outros três anos, Pereira deveria prestar 20 horas semanais de serviço comunitário.

Durante o período ele poderia viajar para o Brasil e para o exterior, a trabalho ou para visitar parentes.

O ministro Lewandowski destaca que a Lei de Execução Penal permite a saída da prisão para viajar apenas "em caso de falecimento ou doença grave".

"Inicialmente observo que não é lícito às partes contratantes fixar, em substituição ao Poder Judiciário e de forma antecipada a pena privativa de liberdade e o perdão de crimes ao colaborador", escreveu o ministro.

"O Poder Judiciário detém, por força de disposição constitucional, o monopólio da jurisdição, sendo certo que, somente por meio da sentença penal condenatória proferida por magistrado competente afigura-se possível fixar ou perdoar pena privativa de liberdade relativamente a qualquer jurisdicionado", afirmou Lewandowski.

Além disso, a Procuradoria acertou com o delator que os prazos de prescrição começariam a valer apenas daqui a dez anos.

A suspensão dos prazos prescricionais não está prevista no Código de Processo Penal.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

15 NOV 2017

“Validar tal aspecto do acordo corresponderia a permitir ao Ministério Público atuar como legislador. Em outras palavras, seria permitir que o órgão acusador pudesse estabelecer, antecipadamente ao acusado, sanções criminais não previstas em nosso ordenamento jurídico ademais de caráter híbrido”, diz a decisão do ministro.

MARTA E PEZÃO

O marqueteiro citou supostas ilegalidades envolvendo a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP). Por isso, a delação ficou atrelada ao Supremo, foro de senadores.

Renato Pereira falou ainda sobre supostos esquemas nas campanhas políticas de 2010 (Sérgio Cabral, para governo do Rio); 2012 (Eduardo Paes, prefeitura do Rio, e Rodrigo Neves, para a prefeitura de Niterói); 2014 (Luiz Fernando Pezão, ao governo do Rio); 2016 (Pedro Paulo, na prefeitura do Rio, Rodrigo Neves, em Niterói; e Marta à prefeitura de São Paulo).

Ele também citou supostas irregularidades em licitações do governo do Rio e das prefeituras de Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro.

Além disso, ele disse que houve irregularidades envolvendo o grupo Opportunity.

A **Folha** não conseguiu entrar em contato com as pessoas citadas pelo marqueteiro até a conclusão desta edição.

Decisão gera insegurança para a investigação

Ministro Lewandowski implementa padrão mais invasivo de controle judicial sobre acordos de delação premiada

ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA
ESPECIAL PARA A FOLHA

O ministro Ricardo Lewandowski não homologou os termos de colaboração premiada de Renato Pereira e isso traz dúvidas sobre o alcance do poder do Ministério Público nas negociações de acordo e sobre a validade de outras delações da Lava Jato.

Não é a primeira vez que os ministros do Supremo Tribunal Federal se debruçam sobre os poderes dos juízes na revisão dos acordos de delação premiada.

Não faz muito tempo, em maio desse ano, no caso de Joesley Batista, o tribunal analisou o tema e decidiu que um acordo de colaboração tem duas etapas de revisão judicial: uma inicial, preambular, no momento da homologação, e outra ao final, na sentença, de averiguação do cumprimento, ou não, do prometido pelo colaborador.

Na fase de homologação caberia ao relator, individualmente, analisar a voluntariedade do acordo, isto é, se a colaboração foi feita sem coação; a sua regularidade e legalidade, critérios voltados ao cumprimento das formalidades exigidas e das disposições legais.

Naquele julgamento, Lewandowski defendeu um papel maior do juiz na análise e revisão dos acordos de delação e ficou vencido, com Gilmar Mendes e Marco Aurélio.

Ao não homologar a delação de Renato Pereira, Lewandowski considerou que

a voluntariedade estava presente, mas que uma série de cláusulas do termo de colaboração premiada propostas pela Procuradoria Geral da República (PGR) não seriam admissíveis por serem contrárias às disposições legais.

O principal problema identificado, segundo o ministro, seria a promessa de perdão judicial para alguns crimes.

Para Lewandowski, essa promessa não poderia ser feita pela PGR, já que o perdão judicial apenas pode ser dado, obviamente, pelo juiz.

Porém, ainda que seja incomum nas delações constar perdão judicial, o acordo não diz que a PGR dará o perdão judicial, mas que o “proporá, nos feitos já objeto de investigação criminal e naqueles que serão instaurados em decorrência dos fatos revelados por intermédio da presente colaboração”.

Ou seja, o órgão acusador se compromete a pedir o perdão judicial nos processos, cuja efetivação dependerá da decisão do juiz.

Isso mostra uma divergência de posições dos ministros com o que estaria, ou não, sob o poder da PGR no momento de realização de um acordo de colaboração premiada.

Mais um exemplo disso é a rejeição da possibilidade de fixação, no acordo, de multa a ser paga pelo colaborador, algo que vem sendo admitido nas colaborações homologadas por outros ministros do

Supremo Tribunal Federal, como Edson Fachin, Teori Zavascki e Carmen Lucia.

O mesmo ocorre com a fixação da pena e seu regime de cumprimento: o acordo traz o que a PGR pedirá; Lewandowski considera ilegal.

Lewandowski implementa, na prática, a posição em que ficou vencido em plenário e cria um padrão mais invasivo de controle judicial dos acordos de colaboração no momento da homologação.

Ao fazer isso, contraria a posição debatida e majoritariamente vencedora da corte, criando insegurança sobre os critérios que o STF, enquanto órgão colegiado, considera adequados, tratando diferentemente situações que são iguais.

Ademais, a retirada de sigilo acaba por tornar ineficaz grande parte dos termos da delação, já que pode permitir a reação dos envolvidos.

Isso faz pairar dúvidas não só sobre os poderes de negociação do Ministério Público como também de todos os casos da Lava Jato construídos sobre as delações.

ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA é professora da FGV Direito SP

15 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

ELIO GASPARI

A candidatura de Joaquim Barbosa

**Se ele não disputar,
pode-se esperar que outro
juiz resolva quebrar o jogo
viciado que está na mesa**

PARA QUEM foi para a rua ou bateu panela, o que a oligarquia política lhe está oferecendo para a eleição de 2018 é mais do mesmo, ou pior. A boa notícia vem do repórter Raymundo Costa: o ex-ministro Joaquim Barbosa disse aos dirigentes do PSB que, até janeiro, decidirá se aceita o convite para disputar a Presidência da República. Pelo cheiro da brilhantina, ele quer ser candidato.

A candidatura do ex-presidente do Supremo Tribunal rompe a lógica maldita que os oligarcas estão montando. Ele não tem experiência partidária, o que é uma virtude.

Nunca participou de governos, o que não chega a ser defeito. Falta-lhe a experiência de Michel Temer, Eliseu Padilha e Moreira Franco.

Barbosa ficou 11 anos no Supremo Tribunal e notabilizou-se por ter desenhado o código genético do mensalão, o escândalo que levou poderosos políticos e empresários para a cadeia. Foi graças ao julgamento do mensalão que figuras intocáveis foram para a penitenciária. Desse DNA saiu a Lava Jato.

O ministro meteu-se em memoráveis bate-bocas com Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. Mostrou-se um arbitrário pedindo a transferência de uma servidora do tribunal com 12 anos de serviço pelo crime de ser casada com um jornalista a quem insultara. Esse tipo de pavio poderá levá-lo a uma autocombustão diante das pressões de uma campanha presidencial.

Decidindo esperar até janeiro,

Barbosa indica que poderá confirmar sua candidatura antes de uma eventual condenação de Lula na segunda instância. Aceitando o convite do PSB, o ex-ministro aninha-se no partido em que estava o candidato Eduardo Campos até a manhã de sua morte, na queda do seu jatinho de campanha, em 2014.

Outro dia Aécio Neves disse que uma candidatura como a de Luciano Huck significará a "falência da política". Pode ter razão, mas será a falência produzida por ele, Aécio, e não por Huck.

Admitindo-se que Barbosa resolveva ficar fora da disputa, é possível que o ministro Luís Roberto Barroso entre na raia. Ele não tem a marca do ex-presidente do STF, mas preenche o requisito da ficha limpa de quem nunca se meteu em política eleitoral nem com governos.

Além desses dois magistrados, há outro nome, o do juiz Sergio Moro. Ele já negou que pretenda concorrer a seja lá o que for e sempre apresentou argumentos sólidos. Especular em torno de uma candidatura de Moro é algo como viajar num lance de ficção política.

Imagine-se Moro em fevereiro do ano que vem, em sua poltrona de casa, em Curitiba. Ele liga a televisão e vê os candidatos à Presidência. Moro sabe como a oligarquia valeu-se da máquina do governo de Michel Temer para jogar água no chope da Lava Jato. Poderá prever o que acontecerá com a posse de um novo presidente daquele naipe. O juiz

que mudou a cara da política nacional verá que, continuando na poltrona, seu legado será equivalente ao da Olimpíada do doutor Eduardo Paes.

Moro corre risco de entrar na História pelo que fez e de sair pelo que não quis fazer. Dante Alighieri colocou no vestibulo do inferno o eremita que, uma vez eleito Papa, decidiu renunciar. (Pelo menos foi essa a história que contaram ao poeta.)

15 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Tipo exportação O ministro Luís Roberto Barroso participa de debate na Faculdade de Direito de Harvard sobre os papéis das supremas cortes na democracia, nesta quinta (16), ao lado de Mark Tushnet, um dos mais renomados constitucionalistas americanos. Entre os temas: "Que competências uma suprema corte não deve ter?"

Fica a dica Barroso embarcou com a resposta na ponta da língua. "A competência que joga o STF na tempestade política é uma competência que ele não deveria ter: a de funcionar como juiz criminal de primeiro grau para autoridades encarceradas. Tudo o mais é administrável."

Hora do show Para aliados, ao devolver à PGR a delação do marqueteiro Renato Pereira com duríssimas críticas ao trabalho de Rodrigo Janot, o ministro Ricardo Lewandowski abriu a porta para a nova chefe do Ministério Público Federal, Raquel Dodge, "mostrar a que veio".

PAINEL

Hora do show Para aliados, ao devolver à PGR a delação do marqueteiro Renato Pereira com duríssimas críticas ao trabalho de Rodrigo Janot, o ministro Ricardo Lewandowski abriu a porta para a nova chefe do Ministério Público Federal, Raquel Dodge, "mostrar a que veio".

Ainda é cedo A nova legislação trabalhista é alvo de ao menos quatro ações no STF. Em uma delas, o MPF questiona a necessidade de o trabalhador ter de arcar com custas e honorários da outra parte se perder o processo.

Ainda é cedo 2 A depender do entendimento da corte, decisões tomadas pelo primeiro grau desde o sábado (11) podem ser derrubadas.

PAINEL DO LEITOR

Viagens

Sobre as viagens do presidente do TRE-SP, os advogados anotam que ele tem contribuído com discussões a respeito da reforma eleitoral, permitindo a interação de diversas instituições na construção e aprimoramento do sistema eleitoral brasileiro. As viagens estão de acordo com o interesse público e com sua atuação no TRE-SP. Os advogados são os primeiros a testemunharem esse fato. Sem indicar nenhuma irregularidade, a reportagem em apreço fez injusta insinuação que merece total repulsa ("Presidente do TRE-SP viaja em 1/3 dos dias de trabalho", "Poder", 13/11).

ANTONIO TITO COSTA, ARNALDO MALHEIROS e mais 105 advogados (São Paulo, SP)

15 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Despautério

Uma preocupação permanente da bancada religiosa do Congresso Nacional, compreensivelmente, é a legislação referente ao aborto.

Em sua mais alentada iniciativa contra a prática, apresentou-se em 2007 projeto de lei que institui o Estatuto do Nascituro.

Até hoje em etapa inicial de análise na Câmara dos Deputados, o texto reúne dispositivos questionáveis como a proteção integral a embriões, inclusive aqueles congelados em clínicas de fertilidade.

Propostas do gênero — assim como as destinadas a ampliar as possibilidades de interrupção legal da gravidez — despertam previsível e intensa polêmica. No caso mais recente, parlamentares ligados a igrejas evangélicas fizeram avançar uma tentativa de restrição mais radical, com mudança das normas expressas na Constituição.

Em comissão especial da Câmara, aprovou-se, por 18 votos a 1, um dispositivo decretando que a vida começa na concepção.

Ou, dito de outra maneira, que as três situações em que o aborto é hoje autorizado no país — gravidez de feto anencefálico, resultante de estupro ou que represente perigo de vida para a mãe — ficam equiparadas ao homicídio.

Por legítimas que sejam as bandeiras pró-vida, a propositura representa um despautério eviden-

te, de aplicação inconcebível e em flagrante desacordo com as preferências majoritárias da sociedade.

Se é verdade que a maior parte da população não apoia a ampliação do direito ao aborto, tampouco se pretende restringi-lo. Pesquisas do Datafolha apontam que cerca de dois terços dos brasileiros defendem a permanência da legislação tal como se encontra hoje.

Dadas as consequências sociais das gravidezes indesejadas e dos riscos representados por procedimentos clandestinos, entre outros motivos, esta **Folha** concorda que seja descriminalizada a interrupção nos estágios iniciais. Em se tratando de questão tão divisiva, um plebiscito seria aconselhável.

Felizmente, mostra-se remoto o risco de que prospere a proposta de emenda constitucional que levaria ao encarceramento de centenas de milhares de brasileiras.

Para tanto, seriam necessários os votos de 308 dos 513 deputados e 49 dos 81 senadores. A despeito do placar elástico obtido na comissão — dominada por parlamentares ligados a causas religiosas —, o texto não reúne condições de romper tais barreiras numéricas.

Provavelmente nem seus autores desejem de fato a implantação de norma tão draconiana. O momento, afinal, é propício para agradar aos respectivos nichos eleitorais.

16 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Temer afirma que o Brasil tem tendência para o autoritarismo

Presidente deu a declaração em Itu, para onde a capital foi simbolicamente transferida no feriado da República

Em discurso, ele pediu respeito a princípios constitucionais; em setembro, general sugeriu intervenção

JOSÉ MARQUES

ENVIADO ESPECIAL A ITU (SP)

O presidente Michel Temer afirmou nesta quarta (15), dia da Proclamação da República, que vê pessoas “preocupadas com o que está acontecendo no Brasil”, já que o país tem uma “tendência a caminhar para o autoritarismo”.

Ele voltou a defender o fortalecimento das instituições e da federação como solução para essas questões.

O discurso foi feito em Itu (101 km de São Paulo), para onde o governo foi transferido simbolicamente no feriado. A cidade foi palco de uma convenção em 1873 que discutiu a criação da República.

“Se nós não prestigiarmos certos princípios constitucionais, a nossa tendência é sempre caminhar para o autoritarismo, para uma certa centralização. Nós, o povo brasileiro, temos até, digamos, uma certa tendência para a centralização”, disse, antes de fazer uma retomada histórica dos momentos em que o país viveu ditaduras no século 20, como o governo Getúlio Vargas e o regime militar (1964-85).

Segundo o presidente, esses movimentos não foram frutos apenas de golpes de Estado, mas porque “o povo também quer”.

“O fato de nós termos transferido o governo praticamente para Itu é de uma simbologia muito forte, muito significativa”, afirmou.

“Aqui nós inauguramos uma fórmula que a rigor deveria impedir os movimentos centralizadores que se deram no histórico que eu fiz. O ideal seria que nunca tivéssemos essa centralização, autoritarismo em certos momentos que houve no passado.”

Em setembro, o general do Exército Antônio Hamilton Mourão sugeriu a necessidade de uma intervenção militar caso os políticos não deem conta de combater a corrupção. O governo Temer condenou a fala, mas não tomou atitude contra Mourão.

Na cerimônia, que aconteceu no auditório da Prefeitura de Itu, foi entregue o título de cidadão ituano ao vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) José Eduardo Bandeira de Mello, amigo de Temer.

A segurança do prédio foi reforçada pelo Exército, que ficou nos arredores. O evento não encheu as 400 cadeiras do auditório.

Do lado de fora, manifestantes organizados por PT e PSOL fizeram um protesto.

Em seu discurso, Bandeira de Mello defendeu o governo. Segundo ele, “nunca antes nesse país alguém foi tão traído e vítima de tantas ciladas como o presidente Temer”.

Temer, ao agradecer, listou medidas de sua gestão, como o teto de gastos e a reforma trabalhista, e relatou “vários eventos que tentaram paralisar o governo”, referência à delação do empresário Joesley Batista e denúncias da Procuradoria-Geral da República contra ele.

Segundo o presidente, esses eventos “não paralisaram a gestão” e a “caravana foi passando tranquilamente”.

Temer chegou ao evento, que acontece dois dias após o pedido de demissão do ministro das Cidades, o tucano Bruno Araújo, de dois caciques do PSDB: o governador Geraldo Alckmin e o ministro Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo). Temer, Alckmin e Imbassahy saíram sem falar com a imprensa.

16 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Uso e abuso

Limites do Ministério Público voltam a ser discutidos em decisão de ministro do STF que revê os termos de um acordo de delação premiada

Numa decisão capaz de trazer importantes consequências para o futuro das delações premiadas, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, determinou a revisão do acordo que beneficiava um publicitário do Rio de Janeiro, suspeito de irregularidades na campanha do governador Luiz Fernando Pezão em 2014.

O marqueteiro Renato Pereira obtivera da Procuradoria-Geral da República diversas vantagens, em troca das revelações feitas sobre o esquema de que participou.

Para o ministro, não se justificaria deixar de lado sete dos oito casos delituosos em que estava envolvido o colaborador, assim como prever condições especiais no cumprimento da pena de quatro anos que lhe restasse a cumprir.

A medida de Lewandowski reflete as polêmicas surgidas no STF, quando se discutiu a validade do acordo que, com aberrante generosidade, beneficiou os irmãos Joesley e Wesley Batista, da JBS.

Do ponto de vista teórico, duas teses se confrontaram, com bons argumentos, no interior da corte.

Não há como admitir, pondera parte dos ministros, que o Ministério Público detenha a última palavra sobre a sorte de um acusado. A instituição deixaria de ser a

parte acusadora para se tornar juiz, estipulando penas e garantindo liberdades, sem que um magistrado pudesse alterar o decidido.

Para a outra corrente de opinião, alterar os termos de um acordo abalaria a própria credibilidade do Estado. Como assegurar o auxílio dos colaboradores, se estes não têm certeza de obter os benefícios prometidos?

Em tese, pode-se considerar que o Ministério Público decide somente quanto a solicitar ou não à Justiça penas contra um suspeito.

Foi este o caso, aliás, do acordo com Renato Pereira, no qual a Procuradoria não extrapolou seu papel para “perdoar” o acusado; comprometeu-se, apenas, a propô-lo nas próximas etapas do processo, cabendo como sempre ao juiz decidir sobre sua aceitação.

Na prática, todavia, o risco de impunidade e acertos generosos em excesso subsiste — e a correta dosagem das vantagens oferecidas só poderia ser avaliada caso se auditassem todas as idas e vindas de uma longa negociação.

Do uso ao abuso, as fronteiras são incertas. Uma atitude mais ativa e rigorosa do magistrado no momento da homologação — afastando-se o risco de confundir-la com uma chancela automática — é de todo modo justificável.

Só na prática será possível verificar se, com isso e com as inseguranças que decorrem das visões distintas em curso no Supremo Tribunal Federal, o estímulo à colaboração sofrerá real arrefecimento.

1 6 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

NA BRIGA

O PSB pode se dividir caso o ex-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa entre no partido para disputar a Presidência. O ex-ministro Aldo Rebelo, recém-filiado à legenda, admite internamente disputar prévias contra o ex-magistrado.

PRAZO

Barbosa foi procurado por dirigentes do PSB e disse que só decidirá se aceita o convite em janeiro.

16 NOV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Professora colocava alunos de creche de SP em sacos de lixo

DE RIBEIRÃO PRETO E COLABORAÇÃO PARA O UOL, EM RIBEIRÃO PRETO - Após quase dois meses de investigação, a Polícia Civil de Restinga (a 389 km de SP) obteve imagens do circuito de segurança de uma creche municipal que mostram uma professora do ensino infantil amarrando crianças em sacos de lixo como castigo por suposto mau comportamento em sala de aula.

A professora, que foi afastada pela prefeitura, deve ser indiciada por maus-tratos aos alunos, com idades entre 3 e 5 anos. A defesa disse que ela nega estar nas imagens e que, mesmo assim, não deveria ser considerada a única culpada.

Além da docente, duas estagiárias e uma professora substituta devem ser indiciadas por serem coniventes com a ação, ocorrida em setembro.

15 NOV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Juristas pedem ao TSE extinção do PT, PMDB e outros 7 partidos

Advogados justificam que siglas abandonaram os "princípios republicanos, democráticos e constitucionais para abraçar o crime organizado"

Pedido mira também PP, PROS, PRB, PCdoB, PDT, PR e PSD que teriam cometido "inúmeros e repetidos crimes de lesa Pátria"



O pedido dos juristas ainda será analisado pelo ministro Napoleão Nunes, do Tribunal Superior Eleitoral

CONTINUA

Rafael Moraes Moura
e Breno Pires
Agência Estado

Brasília - Em meio às investigações da Lava Jato e seus desdobramentos, um grupo de três juristas capitaneado pelo advogado Modesto Souza Barros Carvalhosa entrou com um pedido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a abertura de processo de cancelamento do registro de nove partidos, sob a acusação de que as siglas abandonaram os "princípios republicanos, democráticos e constitucionais para abraçar o crime organizado".

O pedido mira o PT, PMDB, PP, PROS, PRB, PCdoB, PDT, PR e PSD, agrêmias que, na visão dos juristas, "abusaram da confiança do povo brasileiro para roubá-lo", tendo cometido "inúmeros e repetidos crimes de lesa Pátria".

Carvalhosa, o desembargador aposentado Laércio Laurelli e o advogado Luís Carlos Crema afirmam na petição protocolada no TSE que a Lava Jato e suas ramificações vem "revelando como políticos criminosos e partidos políticos corruptos roubaram o Brasil, a Petrobras e tantas outras empresas e órgãos públicos". Carvalhosa pretende se candidatar de forma independente à Presidência da República nas eleições do ano que vem, sem apoio de nenhuma legenda.

"Os partidos políticos se organizaram em forte disciplina para assaltar os cofres públicos. Instituíram surpreendente estrutura criminosa, com subordinação, hierarquia de comando, divisão de tarefas e repartição do produto do crime", acusam os juristas. O pedido ainda será analisado pelo ministro Napoleão Nunes.

O grupo pede que as nove siglas sejam impedidas de participar do processo eleitoral, tenham os repasses do Fundo Partidário suspensos e sejam impedidas de terem acesso ao rádio e à televisão. Os juristas sustentam que os partidos "carecem de fundamento constitucional e legal para existirem e não possuem nenhum propósito alinhado à República e aos interesses do povo, devendo ser extintos".

Para eles, PT, PMDB, PP, PROS, PRB, PCdoB, PDT, PR e PSD "valeram-se da condição de partido político e dos direitos decorrentes do registro dos seus estatutos sociais (...) para, em organização criminosa, tomar de assalto os cofres públicos".

"Portanto, é chegada a hora de impedir, frear, impor limites e punir, rigorosa e verdadeiramente, os assaltantes dos cofres públicos. É emergencial que esta Corte de Justiça Eleitoral decrete o fim do esbulho à República, proteja a Nação, mantenha a democracia, permita o funcionamento do sistema de eleitoral e diga ao Povo brasileiro que ainda há esperança", pedem os juristas.

O trio acusa ainda o PT de coordenar "organizações sindicais e movimentos sociais como massa de manobra para os seus fins políticos e partidários".

Em entrevista à reportagem, Carvalhosa disse que os nove partidos mencionados na petição vão "explodir o caixa eletrônico do Tesouro Nacional". "Esses partidos são organizações criminosas que desviaram recursos da Petrobras e outras estatais e agora vão receber R\$ 2 bilhões de um fundo público. Como não podem pegar mais dinheiro da Petrobras, vão

assaltar o Tesouro Nacional e se apropriar do dinheiro do fundo", criticou.

Segundo Carvalhosa, o PSDB ficou de fora do pedido porque as denúncias que se lançaram contra o partido no âmbito da delação do grupo J&F são "mais recentes".

DEFESAS

Procurado pela reportagem, o PT defendeu a existência de partidos políticos para a consolidação da democracia e questionou a "sarna investigatória" contra a sigla.

O PMDB, por sua vez, reafirmou que as contribuições eleitorais recebidas pelo partido "estão devidamente declaradas à Justiça Eleitoral e observaram todos os requisitos legais vigentes à época".

O PSD informou que "confia na Justiça Eleitoral e sempre pautou sua atuação no cumprimento da legislação e das normas vigentes".

O PR comunicou em nota que "tem por norma não comentar assuntos formulados para o exame e análise do Poder Judiciário".

A presidente nacional do PCdoB, deputada Luciana Santos (PE), disse que não teve contato com a petição, mas considerou a medida "uma iniciativa claramente antidemocrática, uma tentativa de restrição da livre organização partidária, que é uma garantia constitucional básica".

O PRB considerou em nota que a petição "é fundamentada meramente em reportagens veiculadas na imprensa com frágeis embasamentos probatórios" e "carece de tecnicidade, pois não individualiza qualquer conduta do PRB capaz de ensejar uma condenação".

CONTINUA

15 NOV 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“Além de longa e enfadonha, a peça é juridicamente questionável. É uma ação temerária sem nenhum fundamento”, criticou o PRB.

O PDT comunicou que não responderia. O PROS e o PP não se pronunciaram até a publicação deste texto.

15 NOV 2017

FOLHA DE LONDRINA

PGR anuncia comissão para mudar texto que deu superpoder a procuradores

Reynaldo Turollo Jr.

Folhapress

Brasília - A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, informou nessa terça-feira (14), em sessão do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), que instaurou uma comissão para fazer eventuais ajustes em uma resolução que deu superpoderes a procuradores e promotores em investigações criminais.

A resolução (nº 181/2017), aprovada pelo CNMP no início de agosto, no final do mandato de Rodrigo Janot, trata dos procedimentos investigatórios criminais feitos pelo Ministério Público.

O texto é alvo de questionamento no STF (Supremo Tribunal Federal) por permitir que procuradores e promotores façam diligências e inspeções e solicitem perícias, informações e documentos a autoridades públicas e privadas sem autorização judicial.

No início deste mês, dois conselheiros do CNMP, Erick Venâncio e Leonardo Accioly, instauraram um procedimento para propor alterações em alguns pontos da resolução. O procedimento foi distribuído para o relator Lauro Machado, que pediu para entidades se manifestarem sobre o texto.

Na segunda (13), em reunião na PGR (Procuradoria-Geral da República), procuradores-gerais de Justiça dos ministérios públicos estaduais apresentaram sugestões para ajustar a norma.

Na sessão do CNMP dessa terça, Dodge informou sobre a instauração de uma comissão, formada por três conselheiros, para coletar propostas de alterações na resolução, que serão encaminhadas a Machado. Caberá a ele, como relator, submeter ao colegiado um novo texto. Não há data para que isso ocorra.

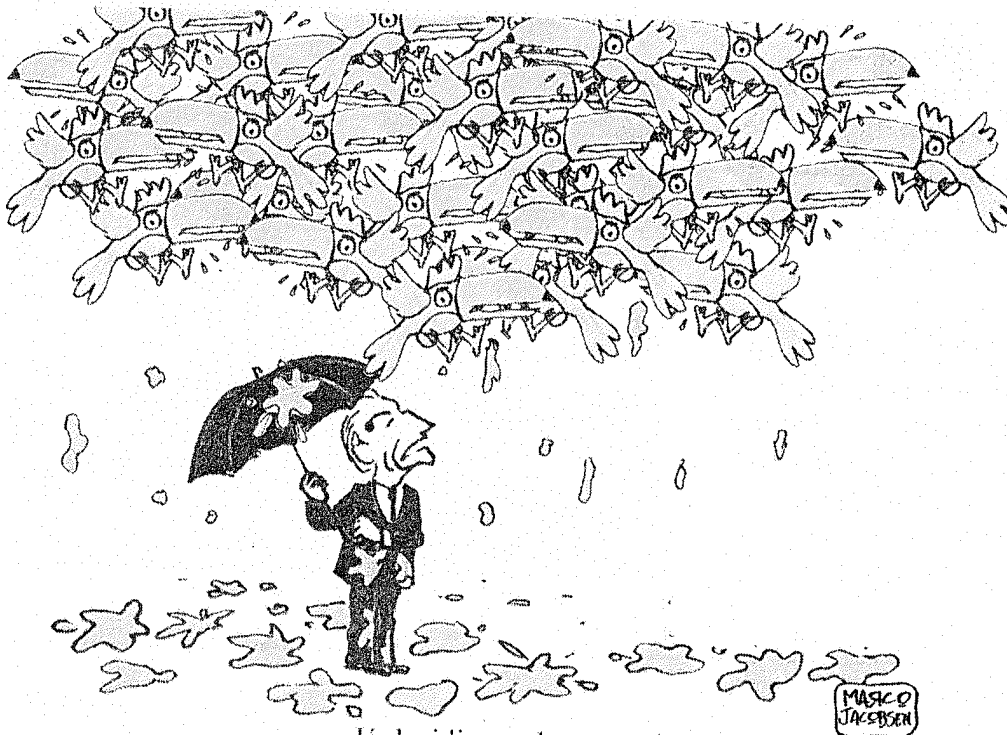
15 NOV 2017

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Irmã de Aécio Neves

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou ontem a decisão individual do ministro Marco Aurélio, que determinou o desmembramento da investigação aberta contra Andreia Neves e Frederico Pacheco, irmã e primo do senador Aécio Neves (PSDB-MG). O ex-assessor do senador Zezé Perrella (PMDB-MG), Mendherson Sousa Lima, também foi beneficiado pelo entendimento. Com a decisão, tomada por 4 votos a 1, os acusados voltarão a ser investigados pelo Supremo. Durante o julgamento, os ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber aceitaram recurso do Ministério Público Federal (MPF) e votaram contra o entendimento do relator, Marco Aurélio. De acordo com os ministros, o caso deve julgado pela Corte por haver conexão entre os crimes investigados.



- Já decidiram alguma coisa?

15 NOV 2017

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Temer decide comprar briga contra privilegiados

Após sobreviver a duas graves denúncias da Procuradoria Geral da República, o presidente Michel Temer adquiriu uma autoconfiança que espanta até os velhos amigos habituados com sua conhecida cautela diante das grandes decisões: vai levar adiante a Reforma da Previdência para implantar um sistema de aposentadorias igual para trabalhadores públicos e privados. Ele sabe a magnitude da briga que vai comprar com a elite do serviço público beneficiária do sistema atual.

Sobre touro bravo

A guerra aos privilégios afetará áreas que podem causar problemas sem fim a Temer: Justiça, Ministério Público e Forças Armadas.

Números dos privilégios

No Brasil, 1 milhão aposentados do setor público custam mais (R\$ 164 bilhões) que 30 milhões de aposentados do setor privado (R\$ 150 bi).

Não dá mais

A campanha de esclarecimentos sobre a reforma da Previdência, em gestação, usa a expressão "chega de privilégios" como mote.

Loteria sem sorteio

No setor público, as aposentadorias são integrais e há servidores que contam ainda com uma loteria ao deixar o serviço ativo: a "pecúnia".

MILITÃO

●●A Comissão de Promoção da Igualdade Racial e Minorias da OAB-Londrina promoverá dia 20 próximo o seu primeiro simpósio em comemoração ao Dia da Consciência Negra, tendo como tema "A Representatividade no meio jurídico". A abertura está marcada para as 19 horas, com honrarias aos representantes presentes, seguida de palestras com a professora e advogada da PUC-Londrina, Marisse Costa Queiroz, com o promotor de Justiça, Paulo Tavares, e com a advogada Maria Lucilda Santos, vice-coordenadora da Comissão de Igualdade Racial e Minorias da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção local.

15 NOV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Ex-governador recebeu propina em mochilas

Fábio Fabrini e
Rubens Valente

Folhapress

Brasília - O ex-governador de Mato Grosso do Sul André Puccinelli (PMDB) recebeu propinas em dinheiro vivo e mais R\$ 20 milhões em doações eleitorais em troca de favorecer a JBS e outras empresas do grupo com incentivos fiscais, conforme investigação da Polícia Federal. Parte dos recursos teria sido recolhida em São Paulo e levada em caixas e mochilas por um suposto operador do peemedebista.

As suspeitas desencadearam nessa terça (14) a 5ª fase da Operação Lama Asfáltica. O ex-governador e o filho dele, André Puccinelli Júnior, foram presos preventivamente em Campo Grande por envolvimento no esquema investigado.

A PF se baseou no material apreendido em etapas anteriores da investigação, nas delações premiadas de executivos da JBS e nos depoimentos de um novo colaborador para deflagrar a operação, batizada de "Papiros de Lama". Trata-se do pecuarista Ivanildo da Cunha Miranda, que confessou ter atuado como gerente do esquema e "mula" do dinheiro pago ilícitamente, fazendo entregas ao peemedebista.

"Entre 2006 e 2013, ele recebia valores de propina da JBS e entregava ao senhor Puccinelli em espécie ou [por meio] de depósitos", disse o delegado Cléo Mazzoti. Segundo ele, as contas para os pagamentos ilícitos eram indicadas pelo próprio ex-governador.

A JBS teria pago em propinas o equivalente a 30% dos incentivos fiscais que recebia. O novo delator teria recebido comissões variáveis pelos serviços de entrega, que podiam ser de R\$ 60 mil, R\$ 80 mil ou R\$ 200 mil.

O acordo foi homologado pela Justiça Federal em Campo Grande, que autorizou os mandados de prisão contra os envolvidos.

16 NOV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Judiciário do Rio recebe 'auxílio-peru' de R\$ 2.000

Nicola Pamplona

Folhapress

Rio de Janeiro - Enquanto 221.604 servidores e aposentados do Rio ainda aguardam o pagamento do salário de setembro, o Tribunal de Justiça do Estado depositou na terça-feira, 14 R\$ 2.000 a juízes e servidores a título de abono de Natal.

O benefício, conhecido como "auxílio-peru", foi criado em 2007 e é pago a todos os servidores e inativos do Judiciário, que já são beneficiados em relação a outras categorias no cronograma de pagamentos de salários do Estado.

O Tribunal de Justiça não informou quanto gasta com o benefício, mas, considerando que o número de beneficiários chega a 15.316, o custo foi de R\$ 3,063 milhões. O órgão disse que os recursos são provenientes de arrecadação própria do tribunal.

"Diante da crise financeira pela qual passa o Estado, o presidente do Tribunal, desembargador Milton Fernandes, considera que seria um desestímulo muito grande aos servidores suspender o abono justamente neste momento", defendeu a instituição.

Os servidores do Judiciário, assim como os do Legislativo e do Ministério Público, não enfrentam atrasos de salários, como a grande maioria dos funcionários públicos estaduais, que vêm sofrendo fortemente os efeitos da crise econômica do Estado.

Parte do custeio dos poderes é feita por meio de repasse do Tesouro estadual conhecido como duodécimo.

O orçamento do Tribunal de Justiça do Rio para 2017 prevê receita de R\$ 3,506 bilhões, dos quais R\$ 2,056 bilhões são provenientes de transferências da arrecadação do Estado.

"A gente lamenta a situação que está acontecendo no Rio e temos brigado para que os servidores tenham o maior número de conquistas. Mas, com cenário de três anos sem reajustes, é um dinheiro que vem em boa hora", diz Ramon Carrera, diretor do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio.

O Rio ainda deve R\$ 650,3 milhões em salários de setembro. Os vencimentos de outubro devem ser pagos no próximo dia 16 apenas a servidores e inativos da Segurança e servidores da Educação - o pagamento do restante dependerá da arrecadação.

Esses grupos também têm sido privilegiados no cronograma de pagamentos. Ainda assim, parte dos servidores das duas áreas ainda não recebeu 13º e bonificações referentes ao ano de 2016.

No dia 1º, o governo Luiz Fernando Pezão obteve em leilão empréstimo de R\$ 2,9 bilhões para quitar os salários atrasados. O dinheiro será emprestado pelo banco BNP Paribas e terá garantia da União, que tomará do Rio ações da Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto) caso o financiamento não seja pago.

Os recursos devem entrar no caixa do governo até o fim do mês, mas o governo não garante o pagamento do 13º de 2017 ainda neste ano.

FOLHA DE LONDRINA

Ministro é denunciado por agressão à mulher

Breno Pires
Agência Estado

Brasília - A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, denunciou perante o Supremo Tribunal Federal (STF) o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Admar Gonzaga por lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher, Élide Souza Matos.

Os detalhes da denúncia ainda não foram tornados públicos, embora não haja sigilo. A peça em que a Procuradoria-Geral da República faz a denúncia, protocolada na noite da terça-feira, 14, ainda não se encontra disponível para consulta no STF.

A notícia do crime foi feita pela própria Élide, em boletim de ocorrência registrado contra o ministro do TSE, no dia 23 de junho, em Brasília, com realização de exame de corpo de delito - horas depois, ela decidiu fazer uma retratação.

Mesmo com a renúncia de Élide à acusação, o caso seguiu no Supremo Tribunal Federal, onde ministros do TSE tem prerrogativa de foro. "A retratação realizada pela vítima, por ser írrita (nula, sem efeito), não possui qualquer eficácia em relação ao noticiado delito de lesões corporais, cabendo ao Ministério Público adotar as providências que entender cabíveis", explicou Celso de Mello.

De acordo com o laudo de exame de corpo de delito, houve "ofensa à integridade corporal ou à saúde", e o meio que produziu essa ofensa foi

"contundente". Atendida no IML, a mulher do ministro apresentava, segundo o laudo, "edema e equimose violácea em região orbital direita". Ela alegou ter sido agredida com empurrões.

Em outubro, Admar Gonzaga enviou manifestação ao STF se defendendo da acusação. De acordo com Gonzaga, a mulher havia recebido a notícia de uma doença, havia bebido vinho sem se alimentar, e uma crise de ciúmes acabou desencadeando a briga entre os dois. Admar confirmou que empurrou a mulher, mas disse que o fez em sua defesa e "que o movimento não foi empregado como meio deliberado de

Laudo de exame de corpo de delito fala em "ofensa à integridade corporal ou à saúde"

agressão". Segundo ele, seus movimentos foram em defesa própria. O ministro anexou na manifestação fotos

de seu rosto após suposta agressão de Élide.

Nesta quarta-feira, 15, dizendo ter sido informado da denúncia pela reportagem, Admar Gonzaga afirmou que precisava analisar a acusação formal da procuradora-geral antes de fazer comentários. No entanto, afirmou que o casal, hoje separado, está tentando a reaproximação. "O que eu teria a te dizer é que, depois do ocorrido, nós já viajamos para o exterior duas vezes juntos, e tivemos naturalmente um ambiente muito agradável, com o desejo de ambos (de reaproximação). Até a segunda viagem, ela até que me convidou para que eu fosse nessa viagem com ela", disse.

16 NOV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Tribunal manda soltar ex-governador do MS

Político tinha sido preso em operação que investiga desvios de R\$ 235 milhões em recursos públicos e esquema de propinas de R\$ 20 milhões

Fausto Macedo
Agência Estado

São Paulo - O desembargador Paulo Fontes, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), mandou soltar, nesta quarta-feira, 15, o ex-governador André Puccinelli (PMDB), de Mato Grosso do Sul, preso na terça-feira, 14, na Operação Papiros de Lama, quinta fase da Operação Lama Asfáltica, que investiga supostos desvios de R\$ 235 milhões em obras com recursos públicos da União e esquema de propinas de R\$ 20 milhões para o peemedebista.

A decisão é extensiva ao filho do ex-governador, o advogado André Puccinelli Júnior, que também foi preso na Papiros de Lama.

A Polícia Federal atribui a Puccinelli 'papel central' na organização criminosa que se teria instalado no governo de Mato Grosso do Sul. A Justiça Federal de Campo Grande decretou bloqueio de R\$ 160 milhões do ex-governador e de outros supostos integrantes da organização.

O desembargador deu liminar em pedido de habeas corpus apresentado pelos defensores dos Puccinelli, os criminalistas Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e René Siuffi.

O argumento central da defesa é que a Procuradoria já havia requerido anteriormente, em maio, a prisão de Puccinelli, medida rejeitada pela Justiça. Agora, no âmbito da Operação Papiros de Lama, a Procuradoria insistiu no pedido de prisão do peemedebista, que acabou sendo decretada.

“Os inqueritos (policiais) estão sendo conduzidos normalmente já há algum tempo, ele (Puccinelli) não criou nenhum embaraço, nem ele nem o filho. Além disso, não há sequer denúncia criminal contra o ex-governador e seu filho”, pondera Mariz de Oliveira.

O criminalista observa que o inquerito da Polícia Federal que originou a Operação Papiros de Lama, deflagrada nesta terça-feira, 14, ainda está em curso. “O primeiro pedido de prisão foi indeferido por um juiz e, agora, sem nenhuma razão, requereu-se novamente (a prisão) e o juiz substituto deferiu a prisão.”

“O ex-governador está atualmente sendo cogitado para novamente candidatar-se ao governo de Mato Grosso do Sul e se apresenta com forte apoio popular, de acordo com as pesquisas”, assinala Mariz.

16 NOV 2017

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

STF julga se teto constitucional vale para 'pecúnia'

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgará uma ação na qual tem interesse: a aplicação do limite (teto) constitucional a pagamentos de licenças-prêmio transformadas em dinheiro no ato de aposentadoria. São as famosas "pecúnias". A ação no STF foi proposta pelo Estado de São Paulo, que recorre de decisão do Tribunal de Justiça, cujos juízes decidiram não aplicar o teto na "pecúnia" de servidores estaduais.

O que é 'pecúnia'

Ao contrário do setor privado, a cada 5 anos o servidor tem férias de 3 meses, mas opta por recebê-las em dinheiro quando se aposenta.

Grana preta

Totaliza inacreditáveis R\$298 milhões a conta de "pecúnias" devidas a 3,2 mil servidores do governo do DF que se aposentaram em 2017.

16 NOV 2017

BEMPARANÁ

Paraná faz acordo com TSE e avança para 'governo digital'

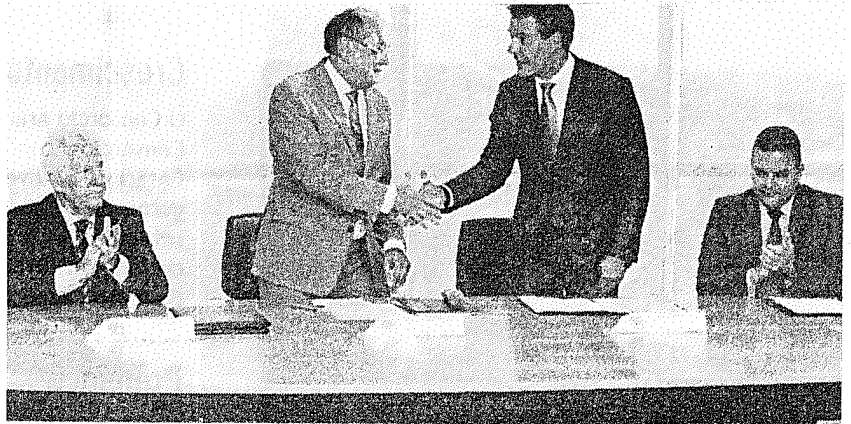
Convênio integra base de dados com biometria para emissão de documentos

O governo do Estado e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vão integrar suas bases de dados biográficos e biométricos para validação de identificação dos cidadãos e emissão de carteiras de identidade. O acordo de cooperação foi assinado na terça-feira, em Brasília, pelo governador Beto Richa, o presidente do TSE, Gilmar Mendes; o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, e o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Renato Braga Bettega.

Com isso, o Paraná passa a integrar o projeto de criação do Documento Nacional de Identificação (DNI), que unifica RG e CPF em um único número. A partir da formalização da cooperação, o governo do Estado se compromete a repassar as informações dos cidadãos para a Identificação Civil Nacional (CNI), banco de dados criado pelo presidente Michel Temer, no início deste ano, que vai reunir as informações necessárias para a confecção do novo documento. A base de dados nacional é gerida pelo TSE.

"Estamos dando um grande passo para o projeto nacional de identificação civil, facilitando a vida do cidadão, que terá apenas um número para ter acesso aos serviços públicos", disse Richa. "A medida também vai ajudar a reduzir fraudes, já que evita que o mesmo cidadão tenha vários documentos de identidade", afirmou Richa.

Para o ministro Gilmar Mendes, o acordo de cooperação significa um importante passo rumo ao estabelecimento de um e-government no Bra-



Gilmar Mendes e Richa: integração pode reduzir fraudes

"A uniformização dos cadastros tem permitido a remoção de duplicidades e a correção de erros de registro."

Do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes

sil, no qual a prestação de importantes serviços públicos possa ser feita por meio virtual. "Como se sabe, o uso de ferramentas digitais representa hoje um novo paradigma na prestação de serviços públicos e confere maior segurança ao registro e ao acesso de informações dos cidadãos. Por isso é que o emprego de tecnologias biométricas está sendo ampliado nas diversas esferas governamentais. A uniformização dos cadastros tem permitido a remoção de duplicidades e a correção de erros de registro", disse.

Acesso - O acordo de cooperação

técnica permitirá ao TSE acesso aos dados biométricos mantidos pelo Governo do Paraná. Os dados foram colhidos por meio de emissão do registro de identificação civil e da emissão da carteira de habilitação. O acordo também viabilizará ao Estado o acesso aos serviços ofertados pelo TSE de autenticação biométrica, consultas à base do cadastro de eleitores e de consulta à lista de validação e coincidências biométricas.

Transferência - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) vai articular a transferência dos paranaenses junto ao Instituto de Identificação do Paraná e o Departamento Estadual de Trânsito do Paraná (Detran-PR) e repassar ao TSE.

"Criaremos um grupo de trabalho técnico para dar continuidade ao processo, para que possamos iniciar a verificação de dados dos registros de identificação de todos os paranaenses", explicou o secretário de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Artagão Júnior, que também integra o grupo do projeto.

16 NOV 2017

BEMPARANÁ

Um motorista embriagado é pego a cada 37 minutos

Número de flagrantes no Paraná teve alta de 29,7% entre janeiro e setembro deste ano

Rodolfo Luis Kowalski

Na madrugada do último domingo, um acidente envolvendo um Ford Corcel e um Citroen Picasso resultou na morte de cinco pessoas na BR-476, a Linha Verde, em Curitiba. A tragédia, registrada na saída de uma casa noturna próxima ao bairro Campo de Santana, chama a atenção para um problema cujo flagrante tem se tornado cada vez mais frequente no Paraná: a embriaguez ao volante.

Segundo dados do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran-PR) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), os flagrantes de motoristas dirigindo embriagados teve alta de 29,7% entre janeiro e setembro deste ano, saltando de 8.230 ocorrências nos primeiros nove meses de 2016 para 10.675 em 2017. Isso significa que o Paraná tem registrado uma média de 39 flagrantes por dia, ou ainda uma ocorrência a cada 37 minutos.

“A polícia não tem nenhuma dificuldade em fazer esses flagrantes e esse número é apenas uma amostra, é bem inferior ao que acontece de verdade. Tem ainda um comportamento muito arraigado entre setores da sociedade que insistem em consumir bebida alcoólica e depois dirigir”, aponta o policial rodoviário Fernando Oliveira, destacando que a PRF flagra diariamente uma média entre 9 e 10 motoristas bêbados no Paraná, número que chega a duplicar e até quadruplicar em finais de semana.

Para além do fato de ainda ser grande o número de motoristas que insistem em desrespeitar a lei, colocando a própria vida e a dos outros em risco, porém, há de se destacar que a fiscalização no estado tem se tornado cada vez mais rígida e frequente. Na PRF, por exemplo, todas as viaturas são equipadas com bafômetro. Além disso,

o Detran-PR entregou neste ano 384 bafômetros para a Polícia Militar, número que chegará a 768 até o final de 2018, com um investimento de R\$ 8 milhões.

“Hoje já vemos as pessoas respeitando um pouco mais, porque sabem que o agente fiscalizador tem o equipamento e numa fiscalização de rotina vai verificar também a questão do álcool”, aponta Marli Batagini, coordenadora de infrações do Detran. “Chegaremos num momento em que as pessoas não irão mais beber e depois dirigir, porque saberão que serão apenas as. Esse é o grande mote, a conscientização do cidadão, ele saber que está sendo fiscalizado.”

Ações

De hoje até o sábado, quem passar pelo centro de Curitiba na hora do almoço vai encontrar uma atividade inusitada. Atores vestindo túnicas brancas vão chamar a atenção para o problema das mortes violentas no trânsito em quatro pontos considerados mais críticos pelo registro de acidentes.

As performances ocorrerão das 11h30 às 13h30, no cruzamento das avenidas Marechal Floriano Peixoto e Marechal Deodoro; na Avenida Sete de Setembro, próximo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); no cruzamento entre a Avenida Silva Jardim e a Rua Alferes Ângelo Sampaio e na Avenida Visconde de Guarapuava.

A atividade é uma preparação para o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito, celebrado no próximo domingo. Nesse dia, às 17 horas, haverá uma caminhada até o Memorial das Vítimas de Acidentes de Trânsito, dentro do Parque Barigui.

15 NOV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Conselho revê norma que dá 'superpoderes' ao MP

Alvo de críticas de magistrados, advogados e policiais, resolução permite que Ministério Público faça diligências e inspeções sem autorização judicial

Beatriz Bulla | BRASÍLIA

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, designou ontem três integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para avaliar sugestões à resolução 181, que deu poderes a procuradores e promotores de fazer vistorias, inspeções e diligências, além de requisitar informações e documentos de autoridades públicas e privadas sem autorização judicial. A resolução é criticada por entidades ligadas à magistratura, advogados e policiais federais sob argumento de que concede "superpoderes" ao MP nas investigações.

O texto, revelado pelo Estado em 29 de outubro, foi aprovado no fim do mandato do antecessor de Raquel, o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, no âmbito do CNMP.

A comissão será composta pelos conselheiros Silvio Amorim, Demerval Farias e Marcelo Wetzel. Eles irão enviar ao conselheiro Lauro Machado as sugestões de forma consolidada. No início de outubro, Machado havia sido designado relator do procedimento que pedia a alteração da resolução. Ele avaliará a análise feita pela comissão e vai elaborar parecer com base nas sugestões. Não há prazo para o fim desse trabalho.

Críticas. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ajuizaram ações no Supremo Tribunal Federal, questionando a resolução.

● Sigilo

"Norma permitiria ao MP promover quebras de sigilo dos investigados sem ordem judicial."

NOTA DA AMB

Para a AMB, um dos "superpoderes" criados pela resolução está previsto no artigo 7.º. "Nenhuma autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de função pública poderá opor ao Ministério Público". Para a entidade, a "norma permitiria ao MP promover quebras de sigilo dos investigados sem ordem judicial", por exemplo.

Editadas no dia 7 de agosto para regular o procedimento investigatório criminal (PIC), as regras reacenderam críticas à forma de atuação do MP. Já no art 1.º, a resolução prevê que o PIC é "instaurado e presidido pelo membro do Ministério Público com atribuição criminal" e servirá "como preparação e embasamento para o juízo de propositura, ou não, da respectiva ação penal".

15 NOV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

TJ libera votação de projeto que privatiza Interlagos

● Em decisão monocrática, o desembargador Ferraz de Arruda, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, suspendeu ontem a decisão que impedia a tramitação do projeto de lei do prefeito João Doria (PSDB) que prevê privatizar o Autódromo de Interlagos, na zona sul. Agora, o texto pode ir para a segunda votação na Câmara, prevista para ocorrer até o fim do ano.

O projeto havia sido suspenso na semana passada por liminar concedida pelo mesmo desembargador, em resposta a um mandado de segurança movido pelo vereador Mario Covas Neto (PSDB), sob a alegação de que a tramitação do projeto burlou o regimento interno da Câmara ao ir para o plenário da Casa sem antes passar pela reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). / BRUNO RIBEIRO e F.L.

STJ autoriza Alesp a abrir salários na rede

A Assembleia Legislativa de São Paulo obteve autorização do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para publicar nome e salário dos servidores na internet. Hoje os vencimentos são publicados acompanhados apenas do número de matrícula relativo ao servidor. Em nota, o presidente da Casa, Cauê Macris (PSDB), disse ser a vitória "do bom senso e da transparência".

STF nega fatiar ação contra Aécio

● A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal negou o desmembramento da denúncia e decidiu que a irmã e o primo de Aécio Neves (PSDB-MG) devem ser processados na Corte junto com o senador. Andréa Neves, Frederico Pacheco e o ex-assessor parlamentar Mendherson Lima foram denunciados por corrupção passiva junto com Aécio, também acusado de obstrução à investigação. Os quatro, segundo a denúncia, teriam recebido R\$ 2 milhões em propina da J&F. Aécio alegou que os R\$ 2 milhões se referem a empréstimo que "não envolveu propina".

SÔNIA RACY

Input externo

Marcelo Bretas, da Lava Jato do Rio, foi convidado pelo governo da Alemanha para falar sobre a sua experiência. O juiz participa de seminário do Programa Combate à Corrupção que começou no domingo e vai até o dia 18.

Bretas também se reunirá com várias autoridades do governo local para trocar experiências no combate à corrupção e compliance.

Despesas? Serão custeadas pelo Instituto Goethe, em nome do ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha.

Input 2

Paradas as ações contra **Sergio Cabral** essa semana? Não. Na última segunda-feira, Bretas foi substituído pela juíza **Caroline Vieira Figueiredo** que ouviu três testemunhas de defesa de um dos 15 processos que envolvem o ex-governador.

Somente em dois deles, Bretas já condenou Cabral a 58 anos de prisão.

15 NOV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Lewandowski devolve acordo de delação à PGR para readequação

Breno Pires

Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Em decisão marcada por críticas aos poderes do Ministério Público Federal, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, devolveu à Procuradoria-Geral da República, para readequação, o acordo de colaboração premiada firmado entre o órgão, ainda na gestão de Rodrigo Janot, e o marqueteiro Renato Pereira, que narrou fatos que comprometem a cúpula do PMDB do Rio, incluindo o ex-governador Sérgio Cabral, o atual, Luiz Fernando Pezão, e o ex-prefeito Eduardo Paes.

Lewandowski apontou que precisam ser revistas cláusulas que tratam da fixação da pena pela Procuradoria – de quatro anos de reclusão e o perdão judicial de todos os crimes, exceto os relacionados à campanha de Pezão em 2014 – além da autorização para o delator fazer viagens internacionais, desde que a trabalho e mediante aviso prévio, do valor da multa fixado em R\$ 1,5 milhão e da suspensão do prazo de prescrição. Se a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, não rever o acordo, a delação premiada não terá validade judicial.

O ministro argumentou que “não é lícito às partes contratantes fixar em substituição ao Poder Judiciário e de forma antecipada a pena privativa de liberdade e o perdão de crimes ao colaborador”. Segundo Lewandowski, validar tal aspecto do acordo “corresponderia a permitir ao Ministério Público atuar como legislador”, atribuição restrita ao Poder Judiciário, conforme a Constituição.

O mesmo raciocínio foi usado para criticar a autorização para viagens e a fixação de multa. “Noto que incumbe exclusivamente ao magistrado responsável pelo caso avaliar”, disse.

Sigilo. Lewandowski também determinou que a Polícia Federal investigue, em 60 dias, o que Renato Pereira reputou como “vazamentos ilícitos” de trechos da delação, e determinou a retirada do sigilo dos termos e dos conteúdos do acordo, mesmo sem tê-lo homologado.

Ao informar a retirada de sigilo do acordo, Lewandowski deixou aberta a possibilidade de que eventuais inquéritos que possam ser abertos – se o acordo for homologado – poderão tramitar em segredo de Justiça.

15 NOV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Zara é condenada em 2ª instância por 'trabalho escravo'

Em 2011, MPT encontrou irregularidades em uma de suas terceirizadas; empresa pode ter nome incluído na 'lista suja'

A varejista de roupas Zara pode entrar para a "lista suja" do trabalho escravo por irregularidades encontradas em um fornecedor da marca em 2011. A empresa foi condenada em segunda instância por um caso registrado em 2011, quando o Ministério Público do Trabalho de São Paulo (MPT-SP) denunciou a empresa por irregularidades na cadeia de fornecedores da empresa, que faz parte do grupo multinacional Inditex.

Segundo sentença assinada pelo desembargador Ricardo Artur Costa Trigueiros, do Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região, em São Paulo, "é impossível" aceitar a ideia de que a Zara não sabia o que estava acontecendo nas oficinas de costura, em uma espécie de "cegueira conveniente".

"Desde 2012, a Zara vinha tentando anular os autos de infração de auditores fiscais do Ministério Trabalho que registraram trabalho análogo ao escravo em oficinas que costuravam para a marca em 2011. Para isso, processou a União com uma ação anulatória", informou o Ministério Público do Trabalho (MPT), em nota.

Na sentença publicada no dia 8 de novembro, o desembargador afirma que a Zara fez mais do que ignorar deliberadamente o que se passava nas oficinas terceirizadas, como a Aha Indústria e Comércio. "A cadeia produtiva da Zara empregou a Aha

como entreposta, no esforço de evitar seu flagrante envolvimento com mão de obra em condições análogas às de escravo", observa o texto. Como consequência da condenação, a empresa pode ter seu nome incluído na chamada "lista suja" do trabalho escravo, que é divulgada pelo Ministério do Trabalho.

Justificativa. Procurada pela reportagem, a Zara Brasil informou, em nota, que vai recorrer da decisão "sobre a responsabilidade da companhia no caso isolado de julho de 2011". A empresa declara que "essa situação não reflete o sistema da cadeia de produção da Zara, que é supervisionado pelo MPT".

15 NOV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-governador de MS e filho são presos

Fabio Serapião / BRASÍLIA

Fausto Macedo

Julia Affonso

O ex-governador do Mato Grosso do Sul André Puccinelli (PMDB) foi preso ontem preventivamente na quinta fase da Operação Lama Asfáltica. Um dos filhos do peemedebista, o advogado André Puccinelli Júnior, também foi preso preventivamente. A PF suspeita que o ex-governador e o filho faziam parte de organização criminosa que teria desviado cerca de R\$ 235 milhões em recursos públicos.

Puccinelli já usava tornozeleira eletrônica desde maio, por ordem judicial. Ele foi o chefe do Executivo estadual por dois mandatos, entre 2007 e 2014, período em que, conforme a investigação, recebeu propinas em espécie do fazendeiro Ivanildo da Cunha Miranda, que fechou acordo de delação premiada.

A operação foi deflagrada em conjunto pela Polícia Federal, pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela Receita Federal. Foram cumpridos dois mandados de prisão preventiva, dois de prisão temporária, seis de condução coercitiva e 24 de busca e apreensão. As medidas foram cumpridas em três municípios sul-mato-grossenses – Campo Grande, Nioaque e Aquidauana – e também na cidade de São Paulo.

Segundo a CGU, a investigação “tem como objetivo desarticular organização criminosa que desviava recursos públicos por meio de fraudes em licitações, superfaturamento de obras, entre outras irregularidades”. Os recursos desviados passavam por processos elaborados de ocultação da origem, afirmou a CGU.

Em nota, a Polícia Federal informou que esta nova fase da investigação “decorre da análise dos materiais apreendidos em fases anteriores, cotejados com fiscalizações, exames periciais e diligências investigativas e, ainda, corroborados por depoimentos de colaboradores, os quais participaram do esquema delituoso”.

Defesa. O advogado Renê Siufi, que defende o ex-governador e o filho dele, disse que a versão apresentada na delação feita por Ivanildo da Cunha Miranda é “inconsistente”. “Ele fala que arrecadou até março de 2015. Nessa época, o André Puccinelli nem era mais governador. Só se ele (*o delator*) estava arrecadando para alguém e para ele próprio”, afirmou Siufi.

Em busca da impunidade perdida

De hoje, aniversário do golpe militar que “proclamou” a República, em diante, a camarilha dirigente dos negócios públicos prosseguirá em seu ingente esforço para ter de volta a impunidade que, na prática, tem gozado, mercê de foro e de outros privilégios acumulados em 118 anos legislando prioritariamente em proveito próprio.

Com a chancela de uma Constituição promulgada pelo Congresso abusado e abusivo, nossa privilegiada casta dirigente se viu imprensada na parede pelo povo, que em 2013 foi às ruas reclamar de seus maus-tratos à sociedade explorada, humilhada e espoliada. No ano seguinte, graças à renovação dos quadros de agentes concursados da Polícia Federal (PF) e de procuradores da República e juizes federais treinados para combater crimes de colarinho-branco, como lavagem de dinheiro, teve início a Operação Lava Jato,

A união de esforços de corporações divididas internamente e rivais entre si – PF e Ministério Público Federal – levou aos juizes de primeiro grau e, em consequência, às celas do inferno prisional tupiniquim, até então exclusivas de pretos, pobres e prostitutas, uma clientela, branca, poderosa econômica e politicamente e abonada (em alguns casos, bilionária). Como nunca antes na História deste país, no dizer do ex-presidente em cuja gestão a total perda de proporções e do mínimo de sensatez produziu o maior escândalo de corrupção da História, ora nos é dado ver os príncipes de grandes firmas corruptoras tomando banho de sol nos pátios das prisões.

Para manter mandato e foro, nossa casta política aposta tudo em leis em proveito próprio

O foro privilegiado, que reserva o julgamento de 22 mil (ou 55 mil?) *otoridades* (em mais um desses absurdos colapsos de estatística a serviço de meliantes de luxo) à leniência do Supremo Tribunal Federal (STF), mantém um placar absurdo de 118 condenados em primeira instância pela Lava Jato contra zero (isso mesmo, zero) apenado no último e mais distante tribunal do Judiciário. Em caso extremo e inédito, o presidente da República só pode ser acusado por delitos cometidos no exercício do cargo.

Com pânico de perder com o mandato os privilégios, a borra política nacional permitiu-se abrir mão de anéis para manter os longos dedos das mãos que afanam. Mas nestes três anos e oito meses de Lava Jato alguns fatos permitiram a seus magnões investir contra essa progressiva redução da impunidade. A chapa vencedora em 2014, Dilma-Temer, foi absolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por excesso de provas. E quando o leniente STF sai um milímetro da curva que interessa aos congressistas, estes logo o reduzem à posição de última defesa de suas prerrogativas de delinquir sem ser perturbados. Até Aécio, derrotado na eleição e guindado ao governo Temer, mantém-se “impávido colosso” no ninho.

Na negociação pelo impeachment da desastrada Dilma, Jucá, o Caju do propinoduto da Odebrecht, definiu “estancar a sangria” como meta de seu grupo, alcunhado pelo ex-procurador-geral Janot de “quadrilhão do PMDB”, para o comparsa

Sérgio Machado, cuja delação tem sido contestada. Embora isso esteja sendo confirmado pelas Operações Cadeia Velha e Papiro de Lama, no Rio e em Mato Grosso do Sul, desmascarando os dignitários peemedebistas Picciani e Puccinelli.

Faltam provas, alegam. Mas sobram fatos. Com alguns votos tucanos e todos do Centrão, que defendeu tenazmente Eduardo Cunha, a maioria da Câmara mandou para o lixo investigações contra Temer pedidas por Janot ao STF. O presidente até agora não citou um fato concreto para se defender das acusações de corrupção passiva, obstrução de Justiça e organização criminosa, meio ano após ter sido divulgada a gravação de sua conversa com um delinquente que usou identidade falsa para adentrar o palácio. E agora se sente à vontade para trocar na Procuradoria-Geral da República, em causa própria, o desafeto Janot por Raquel Dodge, indicada pelo parceiro de convescotes em palácio Gilmar Mendes, do STF.

Caso similar é o de Fernando Segóvia, cujo currículo fala por si. No Maranhão, tornou-se comensal e afilhado do clã Sarney. E não deve ter sido a atuação de adido na África do Sul que inspirou Padilha a lutar por sua nomeação. Ao assumir, sem o aval do chefe direto, o ministro Jardim, ele prometeu mudanças “paulatinas” na Lava Jato e reconheceu que terá atuação política. Atuação política na chefia da polícia que investiga os políticos? Há, há! O velho Esopo diria que se trata do caso da raposa disposta a assumir a segurança do galinheiro. Mas a fábula é antiga!

CONTINUA

15 NOV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Enquanto Segóvia, o “tranquilo”, assume o paulatino como pauladas em subordinados e pagantes, o chefe do governo tenta obter a própria superimunidade por meios sibilinos. Seu advogado Carnelós pediu toda a vênia possível a Fachin para convencê-lo a desistir de encaminhar Cunha, Geddel, Henriquinho, Rodrigo da mochila e Joesley, entre outros, para a primeira instância de Moro e Vallisney. E assim evitar que surjam delitos desconhecidos em seus depoimentos ou delações dos quais o chefe não tomaria conhecimento no gozo de sua indulgência plena com data marcada para terminar: janeiro de 2019.

Na manchete do **Estado** anteontem, *Pauta-bomba no Congresso põe em risco ajuste fiscal*, a reportagem de Fernando Nakagawa e Adriana Fernandes, de Brasília, relata o perdão das dívidas dos ruralistas, depois da dispensa de multas e pagamentos de parlamentares empresários, seus sócios e compadres em outro Refis amigo. E, segundo o texto, a Lei Kandir será alterada. Sem despesas, mas com graves danos ao combate à corrupção, vêm, depois deste feriado, a lei do abuso de autoridade e a redução das punições da Ficha Limpa, só para quem a tiver violado após sua vigência. Rogai por nós!

Na adaptação da obra-prima de Proust, *Em Busca do Tempo Perdido*, a memória não tem o odor das *madeleines*, mas dos miasmas de uma República apodrecida, convenientemente distante do Brasil real, que não a suporta mais.

●
JORNALISTA, POETA E ESCRITOR

O ESTADO DE S. PAULO

LEANDRO KARNAL

15 NOV 2017

A República brasileira de um Mourão a outro

Nenhuma democracia pode viver sob a ameaça de uma escopeta

Hoje é feriado do golpe que colocou fim ao Império. Nascida de uma ruptura da ordem constitucional, a República apresenta uma marca de origem problemática. Uma elite positivista incapaz de entusiasmar a população com seu projeto buscou a espada como amparo. O apelo ao conservador-monarquista Deodoro foi o reconhecimento de uma impotência política. O Exército assumiu o fardo: o mundo civil deveria ser tutorado como um adolescente buliçoso.

A intervenção militar prosseguiu sob Floriano Peixoto. Na década de 1920, jovens oficiais repetiam o mesmo mantra: amamos o Brasil, porém seu povo não sabe votar e é analfabeto, logo, precisamos impedir que se machuque até crescer. Auto-proclamados babás de uma nação inquieta, tenentes revolucionários viraram generais com o mesmo modelo de guardiões da menoridade tupiniquim. Também foi um grupo de militares que derrubou Washington Luís, o último presidente da República oligárquica.

Um capitão, Olímpio Mourão Filho, fez parte de uma das grandes farsas da história do Brasil. A descoberta de um grandioso “plano comunista” (Plano Cohen) veio ao encontro dos anseios do governo Vargas para minar as eleições em curso. O falso complô foi divulgado como verdadeiro e o integralista capitão Mourão serviu aos anseios do golpe de 1937. A Nação, mais uma vez, era vista como ingênua e dócil ao canto fatal das sereias marxistas.

O capitão Mourão manteve sua decidida vocação de golpista e foi o pioneiro na derrubada do presidente Goulart, em 1964. Os tenentes tinham virado generais. Mudam-se os postos e permanece a ideia: o Brasil precisa do amparo ordeiro da tropa. O espírito castrense pairava sobre a sociedade e corrigia os desvios dos sempre inquietos cidadãos. O pensamento era compartilhado por muitos civis que desconfia-

vam da democracia como caminho. A velha UDN é mais típica da paisagem tropical do que o pau-brasil.

Os monitores da vontade nacional nem sempre concordaram. Por vezes, as babás brigavam entre si. O general Frota quase derrubou o general Geisel. A Marinha andou estranhando a Aeronáutica durante o regime de exceção. Os que mandavam discordavam de quando em vez, porém eram um bloco monolítico sobre a incapacidade de autogoverno da sociedade civil.

Mourão Filho usou o medo comunista duas vezes para que as crianças fossem para a cama ordenadamente. Medo sempre foi boa estratégia de controle. A noite ditatorial terminou com inflação de mais de 220% ao ano, desemprego, denúncias de corrupção repetidas e o País mendigando no FMI. Raiou o Estado de Direito em um país pobre, desigual e combalido. Pelo menos, não viramos uma Cuba, era o que se dizia.

Vai-se um Mourão e desponta outro. É o ciclo da tragédia que vira farsa. O novo Mourão dá uma palestra em uma loja maçônica. Suponho que generais sejam profissionais bem preparados para o exercício da guerra, da estratégia, do preparo físico e de outros valores. Explicações sociológicas e históricas pertencem ao mundo fora da caserna. Um general dar uma palestra interpretativa do Brasil é tão lógico como eu, historiador, ser chamado a desmontar uma metralhadora ou explicar técnicas de sobrevivência na selva. Existem limites profissionais para militares e para historiadores. Pior: por princípio, generais na ativa (como Antonio Hamilton Martins Mourão) não poderiam expressar opiniões políticas.

O oficial cometeu três equívocos. O primeiro foi posicionar-se publicamente sobre política. O segundo foi não perceber que sim, as Forças Armadas podem ser convocadas pelos poderes constitucionais, porém, como diz o artigo 142 da nossa Constituição, sob a autoridade suprema do presidente da República e dos poderes constituídos pela Lei Magna.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

15 NOV 2017

É tão lógico um militar assumir o poder quanto seria plausível a OAB dar um golpe no País e instaurar um regime de advogados ou a Academia Brasileira de Letras criar uma platonica gestão intelectual da Pátria. Militares são profissionais fundamentais para a nação e preparados para uma atividade única e insubstituível. Importante dizer que essa função não é a administração política. Um golpe militar é sempre um projeto de poder e de controle, com frequência invocando vernizes patrióticos.

Vamos ao último equívoco. Talvez seja o mais grave. O general decidiu ser cientista social e invocou ideias do fim do século 19 e início do 20. Naquela época, dominavam teorias racistas e se repetia, ao modo de Silvio Romero, que o Brasil era a junção do pior de três mundos: o lusitano, o indígena e o africano. A ideia existia no Brasil e fora dele, e foi atacada pelo brilho do sergipano Manoel Bonfim e dezenas de outros. Tornou-se percepção ultrapassada alguns anos depois e hoje é estudada como analisamos as sangrias com sanguessugas na história da medicina. Bem, o general Mourão usou essa explicação. A fala foi preconceituosa e anacrônica para dizer o mínimo, racista para dizer o máximo.

O Exército é formado por homens honrados e é uma força essencial à democracia. Jamais julgarei o todo pela parte. O Brasil precisa de bons militares, bons advogados e bons professores. Todos eles podem se candidatar, em determinadas condições, ao exercício político da administração. O fato de políticos serem corruptos ou incompetentes leva-nos a querer melhorar o Estado de Direito, nunca substituí-lo por repúblicas de bananas governadas por alguém fora do jogo constitucional. Diante do descabro ético atual, invocar intervenção militar seria como, diante de um erro médico na sala de cirurgia, passar o bisturi para o chefe da segurança do hospital – afinal, homem probo e versado em armas. Nenhum Estado soberano pode prescindir das suas Forças Armadas. Nenhuma democracia pode viver sob a ameaça de uma escopeta. Bom feriado da República para todos nós!

16 NOV 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Moro tem 21 processos à espera de julgamento

Em meio à redução do ritmo das ações relacionadas à Operação Lava-Jato, o juiz federal Sérgio Moro tem pela frente 21 processos à espera de julgamento. Levantamento da equipe de reportagem de O Globo, aponta que alguns deles aguardam sentença desde 2014, quando a investigação começou. Outros ficaram parados por meses à espera da negociação de delações. Esses processos entraram na fila porque ações com réus presos não condenados têm prioridade: a ação contra o ex-presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, encarcerado na Polícia Federal de Curitiba, deverá furar a fila.

Entre os casos que dependem de sentença de Moro estão um processo contra o ex-ministro Antonio Palocci, que está preso, e duas ações contra o ex-presidente Lula. Os casos contra o petista envolvem o apartamento de São Bernardo do Campo e o sítio de Atibaia.

A análise não segue — nem precisa seguir — uma ordem cronológica. Em outubro, o juiz aplicou sentenças de três ações que foram propostas por fases deflagradas ainda em 2017. Por outro lado, o dono do posto de gasolina que inspirou o nome da operação Lava-Jato aguarda decisão em uma das ações em que é réu.

16 NOV 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Ex-governador e filho deixam presídio

■ O ex-governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), e o filho André Puccinelli Júnior deixaram na tarde de ontem o Centro de Triagem, no complexo do Presídio do Segurança Máxima de Campo Grande, onde estavam presos desde a noite de terça-feira (14). Eles foram presos durante a 5ª fase da Operação Lama Asfáltica, denominada Papiros de Lama.

O habeas corpus foi concedido pelo Tribunal

Regional Federal da 3ª Região (TRF-3). O advogado de defesa do ex-governador e de Puccinelli Júnior explicou que as medidas cautelares são simples e não será necessário o uso de tornozeleiras. Puccinelli é apontado pela investigação como chefe de um esquema de propina existente há mais de 10 anos em Mato Grosso do Sul. O montante de desvio comprovado, até o momento, é de R\$ 235 milhões, conforme divulgou o delegado da PE, Cléo Mazzotti. ●

Fundador da Gol é condenado novamente por homicídio

O Tribunal do Júri de Taguatinga, no Distrito Federal, condenou ontem o empresário Constantino de Oliveira (Nenê Constantino), de 86 anos, fundador e ex-dono da Gol Linhas Aéreas, a 13 anos de prisão. Ele foi considerado culpado pelo assassinato de Tarcísio Gomes Ferreira, um ex-funcionário seu, em 2001. Além de Nenê foram condenados Vanderlei Batista Silva, de 76 anos (13 anos de prisão), e João Alcides de Miranda, de 69 anos (15 anos de prisão). Os três poderão recorrer em liberdade.

Constantino, Batista Silva e Miranda foram considerados culpados por arquitetar o assassinato de Ferreira, que participava de uma ocupação em um terreno da Aviação Pioneira, empresa da qual Constantino era dono, em Taguatinga. Trata-se da segunda condenação de Nenê Constantino pelo Tribunal do Júri de Taguatinga. Em maio deste ano, ele recebeu a pena de 16 anos de prisão por outro homicídio motivado pela mesma disputa pelo terreno da Aviação Pioneira. ●

16 NOV 2017

GAZETA DO POVO

Iniciativa tenta facilitar a adoção de crianças mais velhas

Pais relatam as dificuldades e as alegrias de optar por acolher em casa crianças com mais de 5 anos

Luís Fernando Guggenberger, de 38 anos, e Patrícia Prado, de 36, se lembram bem de quando pousaram os olhos em dois meninos em um abrigo na zona leste de São Paulo, em 14 de novembro de 2013. “Ali a gente teve a certeza de que eram nossos filhos”, lembra Guggenberger.

O mais velho tinha 5 anos e o mais novo, quase 2. Irmãos, foram adotados juntos 20 dias após o casal ser habilitado pela Justiça. Para incentivar a adoção tardia e dar a meninos e meninas a oportunidade de convivência familiar, Tribunais de Justiça têm feito campanhas que facilitam o encontro entre futuros pais e filhos.

A rapidez no processo de Luís Fernando e Patrícia tem um motivo: o casal queria adotar irmãos e não se importava se fossem mais velhos. A maioria dos que pretendem adotar, no entanto, não tem esse perfil. Dados do Cadastro Nacional de Adoção, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mostram a preferência por bebês. Por outro lado, sobram em abrigos de todo o País crianças mais velhas e adolescentes - 78% dos que aguardam adoção têm 5 anos ou mais.

Em São Paulo, o Tribunal de Justiça lançou campanha de incentivo à adoção de crianças mais velhas. O projeto-piloto foi chamado de “Adote um boa-noite”, em referência ao momento do dia em que uma criança com família costuma receber o desejo de boa-noite.

CONTINUA

Lançada no Dia da Criança, a iniciativa apresenta 18 crianças e adolescentes sob jurisdição da Vara da Infância de Santo Amaro, com fotos e descrição. “O grande problema era expor ou não as fotos dessas crianças porque o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) veda que as crianças sejam fotografadas”, explica o corregedor-geral de Justiça Manoel Pereira. “Mas a interpretação que fizemos é de que a proibição é a situações que coloquem as crianças em situação vexatória. Neste caso, pelo contrário: é situação de carinho, amor e colo.”

Desde o lançamento da campanha, 130 pretendentes mostraram interesse em adotar um menino ou uma menina da Vara de Santo Amaro. Ontem, passaram a integrar a lista no site adoteumboanoite.com.br outras 11 crianças e adolescentes da Vara da Infância do Tatuapé, que entraram em campo com jogadores do Corinthians.

Segundo o juiz de direito Gabriel Sormani, coordenador da “Adote um boa-noite”, um dos entraves é quando há irmãos. “Uma saída que vem sendo utilizada é serem adotados por famílias diferentes, mas que morem em cidades próximas e se comprometam a manter a relação.” Outros seis juizes da capital e do Estado já mostraram interesse na campanha. O TJ pretende expandir a iniciativa em 2018.

São Paulo

De 1.146 crianças e adolescentes disponíveis para adoção no Estado de São Paulo, 97% têm 5 anos ou mais. Entre os pretendentes, somente 18,6% têm interesse em adotar nessa faixa etária. Dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) mostram que há 118 pretendentes para cada menino ou menina de até 5 anos. Entre as crianças e os adolescentes com o poder familiar já destituído - ou seja,

disponíveis no sistema -, 64 têm entre zero e 5 anos. Mas são 7.599 pessoas interessadas em adotá-los.

A Vara da Infância de Santo Amaro, na zona sul, palco do projeto-piloto da campanha “Adote um boa-noite”, está com aproximadamente 600 crianças e adolescentes abrigados, dos quais cerca de 80 disponíveis para adoção, isto é, que já tiveram o poder familiar destituído. Na Vara da Infância do Tatuapé, há cerca de 60 crianças e adolescentes abrigados, dos quais 15 disponíveis para adoção. “De alguns anos para cá, aumentou a quantidade de pessoas que aceitam adotar crianças um pouco maiores. Eu diria que hoje a barreira se encontra mais próxima dos 8 anos de idade”, explica o juiz de Direito Gabriel Sormani.

Pelo Brasil

Iniciativa semelhante é aplicada pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que em maio lançou “Esperando por você”. “Temos crianças acolhidas há mais de cinco anos”, explica a assistente social Nathalia Pelegrini, da Comissão Estadual Judiciária de Adoção.

Vinte seis crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos gravaram vídeos em que contam seus sonhos e por que gostariam de ser adotados. “Recebemos contatos do Brasil todo e de brasileiros que moram fora”, diz Nathalia. Uma criança foi adotada após o lançamento do projeto e três estão em processo, entre elas uma menina de 12 anos com limitações físicas.

Os filhos de Vania Castan, de 38 anos, de São Bernardo, no ABC paulista, também foram “buscados” em outro Estado. Há dois anos, a advogada viajou com o marido a uma pequena cidade mineira atrás de dois irmãos: uma menina de 6 anos e um menino de 4. “Quando conhecemos a

CONTINUA

história deles (pela assistente social de um abrigo), alteramos a idade”, conta Vania, que inicialmente tinha preenchido a ficha para o Cadastro Nacional de Adoção atrás de uma criança de até 5 anos.

Em Cuiabá, pretendentes que querem crianças mais novas são convidados a visitar abrigos com acolhidos mais velhos. A iniciativa, que partiu da juíza da 1.^a Vara Especializada da Infância e Juventude de Cuiabá, Gleide Bispo, ocorre há sete anos. “Zeramos todas as crianças de adoção tardia.”

Gleide também participa do grupo Cegonhas da Adoção, no WhatsApp, com quase 200 magistrados em todas as capitais. “Temos de sair em busca como se fossem filhos nossos, porque estão sob nossa responsabilidade e cada dia que passa é mais um dentro de uma unidade de acolhimento.” No ano passado, o professor carioca Thiago Zalinsq Almeida, de 36 anos, conheceu os filhos, de 12 e 10 anos, em um abrigo em Cuiabá, depois que Gleide acionou o grupo no aplicativo.

Em Pernambuco, a procura sistemática por interessados pela adoção tardia é feita pelo Poder Judiciário desde 2009, mas ganhou força no último ano, depois que o TJ passou a divulgar nas redes sociais os perfis de abrigados. A Justiça ainda fez parceria com o time do Sport para o “Adote um pequeno torcedor”, em que as crianças relatam em vídeo o que esperam de uma família e as paixões - incluindo o time de futebol. A ação foi replicada por equipes pelo País. “Estou convencido de que pegar pelo coração é o mais importante”, diz Figueiredo.

Depoimento

* Thiago Zalinsq Almeida, de 36 anos, professor de Português no Rio, que adotou os meninos Crystopher Sidwald e José Roberto.

Tomei a decisão de adotar uma criança quando tive minha estabilidade financeira e emocional. Entrei com o processo para adotar e demorou dois anos para ser habilitado. Por ser solteiro, não optei por bebê. Optei por um menino de 3 a 10 anos de idade, de cor indiferente. Em um domingo à tarde, a doutora Gleide (da 1.^a Vara Especializada da Infância e Juventude de Cuiabá) me ligou e falou do meu filho (Crystopher Sidwald, na época com 11 anos, hoje com 12). Meu coração queimou. Falei: 'É esse'.

Depois, ela me autorizou a vê-lo por foto no WhatsApp. A primeira coisa que eu vi foi o sorriso. Chorei na hora. Depois fui para Cuiabá. Na primeira aproximação, a resposta dele foi muito fria, mas aos pouquinhos fui tentando conquistá-lo. Voltei ao Rio e fiquei conversando com o Sid pela internet, com autorização da juíza. No fim de dezembro (de 2016), voltei a Cuiabá, ele estava terminando o ano letivo. A juíza disse que o mandaria (para o Rio) sozinho no avião, mas não aceitei. Queria juntamente com ele cortar o cordão umbilical do abrigo porque ele foi deixado lá com 1 ano. Era o menino mais velho ali. Queria dizer que ele tinha uma família que o amava.

Também tive contato com o melhor amigo dele no abrigo. Um menino negro, carismático, de coração de ouro, o José Roberto (de 10 anos), que me falava o tempo todo: "Me leva também". Não podia levar, mas prometi que o buscaria.

Os dois primeiros meses com o Sid foram os mais difíceis da minha vida. Quando temos um filho, queremos ser amados

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

16 NOV 2017

por ele também. Mas a obrigação de amar não é da criança, é minha. Para quebrar o gelo, foi uma luta. As crianças ficam testando para ver até onde você vai. E eu falava: "Independentemente do que você faça, eu vou te amar". A gente tinha de se construir como pai e filho. Até que um dia, quando vinha uma assistente social aqui em casa, eu falei: "Filho, estou muito nervoso". E ele respondeu: "Eu também, pai". E me abraçou. O primeiro abraço espontâneo foi lindo. Mas meu coração ainda estava queimando pelo José. Então eu o trouxe em junho. Estou criando dois homens de caráter, que vão saber lidar em sociedade, sem preconceito. Quando me dei conta de que era pai, o mundo se transformou. É divino e indescritível. Minha família está completa.